

MONITORIA ACADÊMICA E OS ESTUDOS SOBRE CONFLITOS FUNDIÁRIOS EM TERRITÓRIOS INDÍGENAS: UM DIÁLOGO COM A GEOGRAFIA AGRÁRIA

Anderson Vinnycius Lourenço da Silva¹

David Matheus da Silva Frade²

Cirlene Jeane Santos e Santos³

RESUMO

Este artigo apresenta um relato das experiências desenvolvidas no âmbito do Programa de Monitoria Acadêmica na disciplina de Geografia Agrária do Instituto de Geografia, Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal de Alagoas (IGDEMA/UFAL). O objetivo central deste trabalho foi analisar e relatar a experiência formativa dos monitores e discentes durante o desenvolvimento do projeto “*Conflitos Fundiários em Territórios Indígenas*”, destacando o papel da monitoria acadêmica como espaço integrador entre ensino, pesquisa. Buscou-se compreender como essa experiência contribuiu para o fortalecimento da formação docente, para a construção de saberes pedagógicos e científicos e para a ampliação do olhar crítico sobre as dinâmicas socioespaciais do campo brasileiro, especialmente no que se refere aos territórios indígenas e às lutas pela terra em Alagoas. Metodologicamente, o estudo adota uma abordagem qualitativa, ancorada em um relato de experiência e em uma revisão bibliográfica sobre a questão agrária e os conflitos fundiários em territórios indígenas no Brasil, com ênfase no estado de Alagoas. A análise fundamenta-se em autores como Oliveira (1994), Martins (1980) e Santos (2020), cujas reflexões contribuem para compreender as dinâmicas sociais, políticas e territoriais que estruturam o espaço agrário brasileiro. As atividades foram estruturadas em etapas que envolveram a pesquisa sobre etnias indígenas em conflito, a produção de artigos científicos, a apresentação de seminários e a elaboração de uma exposição para a comunidade acadêmica. Os resultados evidenciaram que o projeto contribuiu para ampliar a compreensão dos discentes sobre a diversidade étnica e territorial do Brasil, desmistificando visões homogêneas acerca dos povos indígenas e promovendo o debate crítico sobre os processos de expropriação e resistência no campo. Constatou-se, ainda, que a monitoria acadêmica funcionou como um espaço de formação docente colaborativa, estimulando o protagonismo estudantil e o compromisso social da Geografia. Conclui-se que o projeto fortaleceu a inserção da temática indígena na formação geográfica, evidenciando a relevância de práticas pedagógicas que articulam teoria, prática e compromisso ético com a justiça territorial e a luta pelos direitos dos povos originários.

Palavras-chave: Povos Indígenas, Formação Docente, Questão Agrária, Educação Geográfica.

¹ Graduando do Curso de Licenciatura em Geografia da Universidade Federal de Alagoas – IGDEMA/UFAL, anderson.lourenco@igdema.ufal.br;

² Graduando do Curso de Licenciatura em Geografia da Universidade Federal de Alagoas – IGDEMA/UFAL, david.frade@igdema.ufal.br;

³ Professora do Curso de Geografia da Universidade Federal – IGDEMA/UFAL, membro permanente do Programa de Pós-Graduação em Ensino e Formação de Professores – PPGEFOP/UFAL Arapiraca, cirlene@igdema.ufal.br.



INTRODUÇÃO

O Programa de Monitoria Acadêmica configura-se como uma importante política de permanência e formação estudantil no ensino superior, ao promover benefícios para todos os segmentos envolvidos no processo educativo. Para o(a) professor(a) orientador(a), a monitoria representa uma valiosa oportunidade de contar com o apoio de um discente que contribui diretamente com o desenvolvimento das atividades da disciplina, fortalecendo a integração entre ensino, pesquisa e extensão, em consonância com os princípios da indissociabilidade universitária.

Para os estudantes, o(a) monitor(a) atua como elo mediador entre discentes e docentes, auxiliando nas leituras, avaliações e demais atividades formativas. Já para o próprio monitor, a experiência constitui um espaço privilegiado de imersão no fazer docente, possibilitando o aprofundamento teórico-metodológico em uma área de interesse e o desenvolvimento de competências pedagógicas e comunicativas fundamentais à formação profissional.

De acordo com Frison (2016), a monitoria acadêmica configura-se como uma ferramenta de mediação e construção coletiva do conhecimento, que estimula a autonomia intelectual e o protagonismo discente, contribuindo para a formação crítica e reflexiva. Nessa perspectiva, Costa e Cruz (2019) ressaltam que a monitoria é um espaço de diálogo entre teoria e prática, no qual o estudante vivencia a docência, compreende os desafios pedagógicos e desenvolve competências didáticas e analíticas. Esse processo formativo aproxima-se da pedagogia freiriana, que compreende o ato de ensinar como uma prática dialógica, em que “ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção” (Freire, 1996, p. 47).

Nessa perspectiva, a Geografia Agrária constitui um campo fértil para a articulação entre ensino, pesquisa e extensão, uma vez que busca compreender as relações de poder, as desigualdades e as lutas sociais no campo brasileiro. Para Oliveira (1994), o território agrário é resultado de um processo histórico marcado por disputas entre diferentes sujeitos sociais, camponeses, indígenas, quilombolas e grandes proprietários, cujas relações expressam a lógica contraditória do capitalismo agrário. Da mesma forma, Martins (1980) ressalta que a questão fundiária no Brasil é antes de tudo uma questão política, pois envolve processos de expropriação e resistência que moldam o espaço rural e as identidades que dele fazem parte.



Inserido nesse contexto, o presente trabalho tem como objetivo relatar e analisar as experiências desenvolvidas no âmbito do Programa de Monitoria Acadêmica na disciplina de Geografia Agrária, ofertada nos cursos de Licenciatura e Bacharelado em Geografia do Instituto de Geografia, Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal de Alagoas (IGDEMA/UFAL). O relato baseia-se no projeto temático “Conflitos Fundiários em Territórios Indígenas”, voltado à análise da diversidade regional e das dinâmicas territoriais do espaço agrário brasileiro, com ênfase nos territórios indígenas localizados no estado de Alagoas.

O objetivo central deste trabalho foi, portanto, analisar e relatar a experiência formativa dos monitores e discentes durante o desenvolvimento do projeto “Conflitos Fundiários em Territórios Indígenas”, evidenciando o papel da monitoria como espaço integrador entre ensino e pesquisa. Buscou-se compreender como essa vivência contribuiu para o fortalecimento da formação docente, para a construção de saberes pedagógicos e científicos e para a ampliação do olhar crítico sobre as dinâmicas socioespaciais do campo brasileiro, especialmente no que se refere às lutas pela terra e à resistência dos povos indígenas em Alagoas.

PERCURSO TEÓRICO

“Conflitos sociais no campo, no Brasil, não são uma exclusividade dos nossos tempos. São, isto sim, uma das marcas do desenvolvimento e do processo de ocupação do campo no país” (Oliveira, 1994, p. 15). Essa citação, que abre o primeiro capítulo da obra *A Geografia das Lutas no Campo*, de Ariovaldo Umbelino de Oliveira, geógrafo e professor da Universidade de São Paulo, sintetiza a essência de uma das principais contribuições da Geografia Agrária: compreender as contradições e violências que estruturam o espaço rural brasileiro. A obra de Oliveira (1994) evidencia as consequências do avanço do capitalismo no campo para os pequenos agricultores, povos indígenas e demais comunidades tradicionais, cujos modos de vida e territórios são constantemente ameaçados pela lógica da expropriação e da mercantilização da terra.

A contribuição de Oliveira (1994) é decisiva para o fortalecimento da Geografia Agrária Crítica, ao demonstrar o papel político da ciência geográfica diante dos movimentos sociais do campo e das dinâmicas socioespaciais que configuram o território agrário brasileiro. Nesse contexto, é fundamental recorrer ao pensamento de Milton



Santos (2020), para quem o espaço é, essencialmente, uma construção social. Segundo o autor:

O espaço não pode ser apenas formado pelas coisas, os objetos geográficos, naturais e artificiais, cujo conjunto nos dá a natureza. O espaço é tudo isso mais a sociedade: cada fração da natureza abriga uma fração da sociedade atual [...] o que dá vida a esses objetos, seu princípio ativo, são todos os processos sociais representativos de uma sociedade em um dado momento (Santos, 2020, p. 12).

Assim, compreender o espaço agrário significa compreender a sociedade em sua totalidade. Para Coguedo (2018), estudar o espaço agrário é essencial para interpretar a sociedade contemporânea, pois o avanço do crescimento populacional e das transformações econômicas e tecnológicas torna impossível dissociar o rural do urbano. Essa visão amplia a leitura sobre o campo como espaço de contradições, lutas e permanências.

Nesse mesmo sentido, Simonetti e Camargo (2015, p. 98) destacam que o estudo de uma Geografia dos Conflitos Agrários permite “compreender, em cada momento histórico, a complexidade e diversidade dos sujeitos sociais envolvidos com a luta pela terra”. Isso implica questionar: quem são aqueles que morrem e resistem no campo em defesa do direito à terra, e quem são os que ordenam suas expulsões ou mortes? A Geografia Agrária, ao articular ciência e compromisso social, contribui para desvelar tais contradições e romper com as leituras superficiais ou distorcidas produzidas pelos meios de comunicação hegemônicos.

O projeto teve como principais referenciais empíricos os Relatórios de Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil, publicados anualmente pelo Conselho Indigenista Missionário (CIMI), nos anos de 2023 e 2024. Esses relatórios constituem importantes instrumentos de denúncia e sistematização dos dados referentes às violações de direitos humanos sofridas pelas populações indígenas, apresentando um retrato minucioso das formas de violência física, territorial, política e simbólica a que esses povos são submetidos.

O CIMI, desde a década de 1970, tem desempenhado um papel fundamental na defesa dos direitos originários garantidos pela Constituição Federal de 1988, especialmente no que tange à demarcação e à proteção das terras indígenas. De acordo com o Relatório de 2023, os principais tipos de violência registrados foram a invasão de territórios, a destruição ambiental provocada pelo agronegócio e a omissão do Estado na implementação de políticas públicas efetivas. Essas situações evidenciam o avanço das



frentes capitalistas sobre os territórios indígenas e a persistência de uma estrutura fundiária marcada pela concentração e pelo conflito (CIMI, 2023).

Complementarmente, o texto “Arthur, o Fazendeiro”, publicado em 2023 pelo portal De Olho nos Ruralistas, reforça o caráter estrutural da violência contra os povos indígenas ao denunciar os vínculos entre o poder político, o latifúndio e a violência armada no campo. O texto traz à tona a figura de fazendeiros e empresários envolvidos em episódios de ameaças e ataques a comunidades indígenas e ambientais, revelando como a disputa pela terra, longe de ser um fenômeno isolado, reflete as contradições históricas do modelo fundiário brasileiro. Ao tratar de casos específicos, o portal cumpre um papel de jornalismo investigativo e contra-hegemônico, contribuindo para a visibilidade de realidades frequentemente silenciadas pela mídia tradicional.

No campo teórico, as discussões foram ancoradas na obra *Expropriação e Violência: a questão política no campo*, de Martins (1980), que analisa as contradições estruturais do modelo agrário brasileiro a partir da relação entre propriedade privada, trabalho e poder. O autor revela como a violência, longe de ser um fenômeno acidental, constitui-se como elemento constitutivo das relações sociais no campo, expressando a forma desigual com que o capital se apropria da terra e subjuga o trabalhador rural. Ao diferenciar a propriedade capitalista, orientada pela exploração da terra como mercadoria, da propriedade familiar, voltada à reprodução do trabalho, Martins (1980) evidencia o caráter político das lutas camponesas e indígenas pela posse e uso da terra.

Essas reflexões dialogam diretamente com as contribuições de Ariovaldo Umbelino de Oliveira (1994), para quem o campo é o espaço onde se materializam as contradições entre o capital e o trabalho, e onde se manifestam as “geografias das lutas”. Oliveira (1994) argumenta que o conflito agrário é expressão concreta da disputa pelo controle dos meios de produção e pela reprodução social dos sujeitos do campo, entre eles os povos indígenas, quilombolas e camponeses. Na mesma linha, Bernardo Mançano Fernandes (2008) reforça que os conflitos fundiários não se limitam à dimensão territorial, mas envolvem também a luta por reconhecimento, identidade e dignidade.

De modo complementar, Sauer (2018) destaca que os territórios indígenas e tradicionais são frequentemente alvo de políticas estatais e empresariais que visam à expansão do agronegócio, da mineração e da especulação fundiária. Tais processos configuram um quadro de “neocolonialismo interno”, no qual os povos originários seguem enfrentando ameaças e deslocamentos forçados em nome do desenvolvimento econômico. Assim, os relatórios do CIMI e as denúncias jornalísticas funcionam como



registros empíricos daquilo que a teoria crítica da Geografia Agrária aponta: a persistência de um modelo de desenvolvimento excludente, baseado na concentração fundiária e na negação dos direitos territoriais dos povos indígenas.

O debate sobre o Marco Temporal emergiu nas discussões em sala como uma necessidade de entendimento dessa questão, que se constitui uma das questões mais controversas e significativas no cenário contemporâneo das disputas fundiárias no Brasil. De acordo com essa tese, os povos indígenas só teriam direito à demarcação das terras que estivessem sob sua posse em 5 de outubro de 1988, data da promulgação da Constituição Federal. Tal entendimento, contudo, desconsidera os inúmeros episódios de expulsões, remoções forçadas e deslocamentos compulsórios que esses povos sofreram ao longo da história, especialmente durante o regime militar, quando muitas comunidades foram violentamente expropriadas de seus territórios (Souza Filho, 2012).

A adoção do Marco Temporal como critério jurídico representa, portanto, uma tentativa de limitar os direitos originários reconhecidos pela própria Constituição, que, em seu artigo 231, assegura aos povos indígenas “os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam”, sem estabelecer prazos ou marcos históricos. Para Santilli (2009), essa tese inverte a lógica constitucional, transformando o direito originário, que antecede o próprio Estado, em um direito condicionado, subordinado a um marco temporal arbitrário.

Em 2023, o Supremo Tribunal Federal (STF) rejeitou a tese do Marco Temporal ao julgar o Recurso Extraordinário nº 1.017.365, reafirmando que o direito indígena à terra não depende da comprovação de posse em 1988, mas do reconhecimento da ocupação tradicional e contínua, conforme previsto na Constituição. No entanto, logo em seguida, o Congresso Nacional aprovou o Projeto de Lei nº 2.903/2023, que busca restabelecer a tese por via legislativa, provocando forte reação de movimentos indígenas e entidades da sociedade civil (APIB, 2023).

A Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) denunciou que a institucionalização do Marco Temporal configura uma forma de “genocídio jurídico”, ao legitimar as violências históricas contra os povos originários e abrir caminho para a reapropriação privada de terras indígenas demarcadas. Tal política reflete, conforme aponta Martins (1980), o caráter político da expropriação no campo, em que a violência e a exclusão se institucionalizam como mecanismos de controle territorial.

A Geografia Agrária contribui de modo essencial para a análise crítica dessa questão ao evidenciar que a terra, para os povos indígenas, não se reduz a um bem



econômico, mas se constitui como território de vida, cultura e ancestralidade. Nesse sentido, Oliveira (1994) enfatiza que o espaço agrário brasileiro é historicamente construído pela contradição entre o avanço do capital e as resistências coletivas dos sujeitos do campo. Assim, o Marco Temporal não apenas ameaça a sobrevivência física e cultural dos povos indígenas, mas também revela a permanência da lógica colonial de apropriação e espoliação, em que o Estado e o agronegócio se articulam para manter a concentração fundiária e o modelo de desenvolvimento excludente (Fernandes, 2008; Sauer, 2018).

Ao negar a historicidade das ocupações indígenas e o direito originário à terra, a tese do Marco Temporal deslegitima os vínculos territoriais construídos ao longo de séculos, reduzindo os territórios indígenas a simples espaços de disputa econômica. Como afirma Freire (1987, p. 78), “ninguém liberta ninguém, ninguém se liberta sozinho, os homens se libertam em comunhão”, e, nessa perspectiva, a resistência dos povos indígenas se afirma como prática coletiva de libertação e reexistência frente à expropriação contínua.

Desse modo, a articulação entre os referenciais teóricos e empíricos permite compreender os conflitos fundiários indígenas não como eventos isolados, mas como expressão da estrutura agrária brasileira e da disputa permanente pela terra enquanto território de vida, trabalho e ancestralidade. Essa leitura reforça a centralidade da Geografia Agrária na análise das desigualdades socioespaciais e evidencia a urgência de uma educação geográfica comprometida com a justiça social e a emancipação dos povos do campo.

PERCURSO METODOLÓGICO

Como percurso metodológico, este estudo adota uma abordagem qualitativa, estruturada em duas etapas principais: a revisão bibliográfica e o relato de experiência no âmbito da monitoria acadêmica. A revisão de literatura foi voltada à compreensão da importância dos estudos sobre conflitos fundiários em territórios indígenas para a análise crítica do espaço agrário e da produção do território, dialogando com autores como Oliveira (1994), Martins (1980) e Santos (2020), que discutem as dimensões sociais, políticas e econômicas do campo brasileiro.

A pesquisa se insere na tradição qualitativa por privilegiar o universo dos significados, das percepções e das práticas sociais. Segundo Minayo (2018), o método



qualitativo permite compreender a realidade a partir das experiências humanas e de suas múltiplas interpretações, valorizando o contexto e a subjetividade dos sujeitos envolvidos. O caráter vivencial da investigação foi fortalecido pela adoção do relato de experiência, entendido como uma forma legítima de produção científica que articula teoria e prática, atribuindo à narrativa um papel reflexivo e analítico (Daltro; Faria, 2019).

O relato refere-se às ações desenvolvidas no Programa de Monitoria Acadêmica da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), especificamente na disciplina de Geografia Agrária, ofertada pelo Instituto de Geografia, Desenvolvimento e Meio Ambiente (IGDEMA). As experiências relatadas emergem do acompanhamento do projeto “*Conflitos Fundiários em Territórios Indígenas*”, que buscou promover o diálogo entre ensino e pesquisa, estimulando a formação crítica e reflexiva de monitores e discentes.

Como orienta Gil (2002), estudos qualitativos baseados em experiências e observações diretas possibilitam uma aproximação mais sensível com o objeto investigado, permitindo identificar aprendizagens, desafios e transformações ao longo do processo. Essa compreensão está alinhada à perspectiva freiriana, segundo a qual “ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo” (Freire, 1987, p. 78).

Nesse sentido, a metodologia adotada também se caracteriza por seu caráter colaborativo, uma vez que a construção do conhecimento ocorreu de forma coletiva entre docentes, monitores e discentes, em um processo de coformação contínua. Como destacam Thiollent (2011) e Franco (2012), metodologias colaborativas valorizam o diálogo e a participação ativa dos sujeitos na produção do saber, rompendo com a lógica verticalizada da transmissão de conhecimento e promovendo uma aprendizagem significativa.

Essa perspectiva se materializou nas ações da monitoria, nas quais o planejamento, a execução e a reflexão sobre o projeto foram realizados de maneira compartilhada, reforçando a noção de que o conhecimento é construído na interação entre os sujeitos e o contexto. Assim, a prática colaborativa assumiu um papel central no desenvolvimento da pesquisa, fortalecendo os vínculos entre ensino e pesquisa, reafirmando, à luz de Freire (1987), que toda prática educativa é, antes de tudo, um ato dialógico e emancipador.



O PROJETO “CONFLITOS FUNDIÁRIOS EM TERRITÓRIOS INDÍGENAS”

Com o propósito de aprofundar a compreensão da questão fundiária em terras indígenas sob a ótica da Geografia Agrária, os monitores da disciplina organizaram o projeto “Conflitos Fundiários em Territórios Indígenas” voltado à análise de conflitos fundiários que envolvem povos indígenas em diferentes escalas, nacional e estadual, com destaque para o estado de Alagoas. O principal objetivo foi analisar e relatar a experiência formativa dos monitores e discentes durante o desenvolvimento do projeto “Conflitos Fundiários em Territórios Indígenas”, ampliação do olhar crítico sobre as dinâmicas socioespaciais do campo brasileiro, especialmente no que se refere aos territórios indígenas e às lutas pela terra em Alagoas.

A proposta foi desenvolvida vinculada à disciplina de Geografia Agrária, que contava com dois monitores, um responsável pela turma vespertina e outro pela noturna. A experiência proporcionou aos discentes da disciplina a oportunidade de realizar investigações sobre casos reais de disputa territorial, elaborar artigos científicos e socializar os resultados por meio de seminários e exposições abertas à comunidade acadêmica.

O projeto teve como principais referenciais empíricos os Relatórios de Violência Contra os Povos Indígenas, publicados pelo Conselho Indigenista Missionário (CIMI, 2023; 2024), além do texto Arthur, o Fazendeiro, publicado pelo portal De Olho nos Ruralistas (2023). No campo teórico, as discussões foram ancoradas em Martins (1980), cuja obra Expropriação e Violência: a questão política no campo analisa as contradições estruturais do modelo fundiário brasileiro, destacando a luta pela terra como expressão da desigualdade e da violência política no campo.

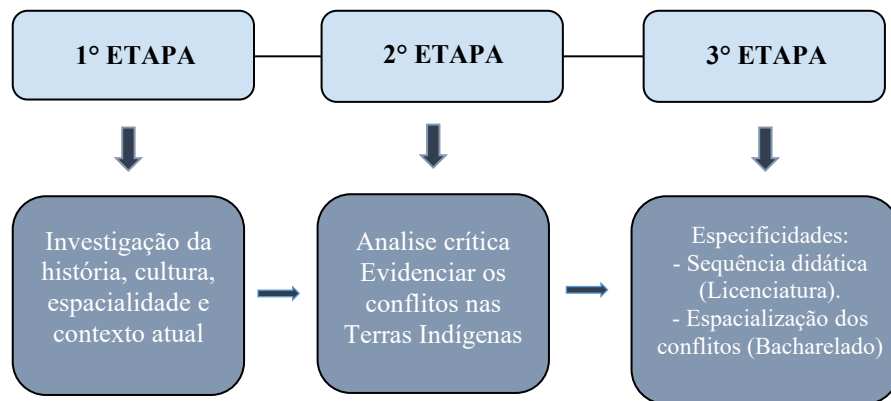
A primeira etapa do projeto consistiu na apresentação do tema e contextualização dos conflitos fundiários em terras indígenas ao longo da história brasileira. Em seguida, as turmas foram divididas em grupos, e cada grupo escolheu uma etnia indígena para desenvolver uma prática investigativa.

Com base nos relatórios do CIMI, os monitores pré-selecionaram comunidades indígenas envolvidas em conflitos territoriais recentes. Para aprofundar o recorte regional, a turma vespertina dedicou-se exclusivamente a casos de Alagoas, Xucuru-Kariri, Wassu, Kariri-Xocó e Karuazu, enquanto a turma noturna pesquisou casos de outras regiões do país, envolvendo as etnias Guarani Kaiowá (MS), Guarani Mbya (SC), Parakanã (PA) e Oro Wari (RO).



Cada grupo deveria investigar a história, cultura, espacialidade e contexto atual de sua etnia, identificando os atores sociais envolvidos nos conflitos, suas causas e consequências. A segunda etapa concentrou-se na análise empírica dos conflitos, apoiada em fontes documentais e jornalísticas (Figura 1).

Figura 1 - Fluxograma das etapas de pesquisa.



Elaboração: os autores, 2024.

A terceira etapa do projeto apresentou especificidades de acordo com o curso de origem dos participantes. Para os licenciandos, exigiu-se a elaboração de uma sequência didática que abordasse os conflitos fundiários indígenas em sala de aula, por meio de metodologias ativas, jogos ou dinâmicas. Já para os bacharelados, foi solicitada a espacialização dos conflitos, através da produção de mapas, tabelas e gráficos que representassem os dados analisados.

Após a conclusão das etapas, os grupos submeteram seus artigos à apreciação dos monitores e da docente responsável. Com os trabalhos aprovados, os resultados foram apresentados em seminários e, posteriormente, expostos em formato de cartazes nos corredores do Instituto de Geografia, Desenvolvimento e Meio Ambiente (IGDEMA/UFAL). A exposição, organizada coletivamente entre professora, monitores e discentes, constituiu-se como um espaço de diálogo e divulgação científica, fortalecendo o vínculo entre a universidade, a produção acadêmica e a defesa dos direitos territoriais indígenas.



PERCURSO FORMATIVO DO PROJETO

Durante o processo de elaboração dos artigos, seminários e cartazes, foi possível observar um notável amadurecimento intelectual e crítico dos estudantes da disciplina em relação à temática dos conflitos fundiários em terras indígenas. Inicialmente, muitos demonstravam desconhecimento ou compreensão limitada sobre o assunto; contudo, à medida que o projeto avançava, foi evidente o crescimento da consciência crítica e da sensibilidade dos discentes diante do cenário de violência e desigualdade no espaço agrário brasileiro. Esse movimento reflexivo permitiu que os alunos compreendessem, de forma concreta, o que Martins (1980) descreve como a questão política do campo, marcada pela luta desigual entre grandes proprietários e populações tradicionais pela posse e uso da terra.

Todos os grupos apresentaram resultados incisivos, relatando situações de violência, assassinatos, omissões e negligências enfrentadas pelos povos indígenas no contexto dos conflitos pela terra e pela água. Além de revelar a dimensão estrutural dessas violências, as pesquisas possibilitaram uma aproximação com a diversidade étnica e cultural dos povos indígenas brasileiros, rompendo com a ideia equivocada de homogeneidade ainda presente em parte do imaginário social.

Essa concepção homogênea, muitas vezes reforçada pela educação básica e pelos livros didáticos, tende a retratar os povos indígenas como um grupo uniforme, apagando suas especificidades culturais, territoriais e linguísticas. Como observa Printes (2014), o modo como os conteúdos escolares são estruturados contribui para a perpetuação dessa falsa percepção, que invisibiliza a pluralidade das identidades indígenas. Ao longo do projeto, os discentes puderam desconstruir essa visão e reconhecer as singularidades das etnias estudadas, tanto em Alagoas quanto em outras regiões do país.

As apresentações de seminários foram um dos momentos mais significativos do projeto, pois possibilitaram a troca de saberes e experiências entre os grupos e a comunidade acadêmica. Os alunos se mostraram surpresos e indignados diante da gravidade das situações relatadas, reconhecendo que “as condições de continuidade da vida indígena envolvem uma lista infindável de ameaças, tanto para os povos que vivem nas florestas como para os que vivem na caatinga sertaneja, dos ribeirinhos do sertão aos litorâneos” (Silva, 2018, p. 498).



Essa percepção ampliou a compreensão sobre a diversidade territorial e as desigualdades históricas que permeiam o território brasileiro, reforçando o papel da Geografia Agrária como campo de análise crítica das contradições do espaço rural.

Outro ponto relevante foi o reconhecimento de uma lacuna no ensino superior de Geografia, especialmente na licenciatura, quanto à abordagem das questões indígenas. Conforme apontam Cigolini e Silva (2020), ainda é insuficiente a presença de discussões sobre povos indígenas e suas territorialidades nos currículos dos cursos de Geografia, o que ajuda a explicar o estranhamento inicial dos estudantes diante da temática.

Nesse sentido, o projeto atuou como uma experiência transformadora, ao inserir a luta indígena no centro das reflexões acadêmicas, articulando o conhecimento teórico com práticas pedagógicas críticas e emancipatórias.

O projeto cumpriu o propósito de dar visibilidade aos conflitos fundiários envolvendo povos indígenas em Alagoas e no Brasil, fortalecendo o debate sobre a importância da demarcação dos territórios tradicionais e da resistência indígena frente ao avanço do agronegócio e da especulação fundiária. Ainda que não esgote a complexidade do tema, a iniciativa constituiu um passo significativo na formação crítica dos discentes e na ampliação do diálogo sobre a causa indígena dentro da universidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das dificuldades de acesso à informação e da escassa divulgação sobre os conflitos no campo, o projeto de monitoria alcançou resultados expressivos ao articular ensino, pesquisa e extensão, promovendo uma formação crítica voltada à compreensão das desigualdades agrárias e à valorização da luta indígena. O acompanhamento sistemático dos monitores foi fundamental para garantir a qualidade das etapas desenvolvidas, contribuindo para o amadurecimento acadêmico dos alunos, o fortalecimento do vínculo entre universidade e sociedade e o engajamento coletivo em torno da defesa dos direitos territoriais.

Para os estudantes, a experiência permitiu reconhecer a diversidade étnica e territorial do Brasil e compreender as múltiplas dimensões dos conflitos fundiários, que envolvem diferentes agentes, do Estado ao agronegócio, e impactam diretamente as comunidades indígenas. A comunidade acadêmica, por sua vez, foi beneficiada com a exposição dos resultados, que ampliou a visibilidade da temática indígena dentro do espaço universitário, historicamente marcado pela ausência desse debate.



Assim, o projeto vai além da mera divulgação dos conflitos: ele se consolida como uma ação de cooperação crítica com as causas indígenas, promovendo a reflexão sobre as omissões, violências e negligências que persistem no campo brasileiro. Reforça-se, assim, a importância de tratar a questão agrária e indígena como temas estruturantes na formação geográfica, reconhecendo a centralidade da justiça territorial, da solidariedade e do compromisso ético na construção de um conhecimento verdadeiramente transformador.

REFERÊNCIAS

APIB – ARTICULAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS DO BRASIL. **Nota pública sobre o Marco Temporal**. Brasília, 2023. Disponível em: <https://apiboficial.org/>. Acesso em: 10 out. 2025.

CIGOLINI, Adilar Antonio; SILVA, Michelle Correa da. A Temática Indígena no Ensino de Geografia: problemas e caminhos. **Revista Geografar**, Curitiba, v. 15, n. 1, p. 82 - 100, jan/ jun. 2020.

CIMI – CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO. **Relatório de Violência Contra os Povos Indígenas do Brasil: dados de 2022**. Brasília: CIMI, 2023. Disponível em: <https://cimi.org.br/>. Acesso em: 10 out. 2025.

CIMI – CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO. **Relatório de Violência Contra os Povos Indígenas do Brasil: dados de 2023**. Brasília: CIMI, 2024. Disponível em: <https://cimi.org.br/>. Acesso em: 10 out. 2025.

COGUEDO, Jaqueline Vigo. **Geografia Agrária**. Londrina: Editora e Distribuidora Educacional S.A., 2018.

COSTA, Lúcia Helena; CRUZ, Célia Regina. Monitoria acadêmica: uma experiência de formação docente no ensino superior. **Revista Docência do Ensino Superior**, Belo Horizonte, v. 9, n. 1, p. 1–18, 2019.

DALTRO, Elisabete; FARIA, Ana Lúcia Goulart. Relato de experiência e pesquisa qualitativa: aproximações e (re)significações possíveis. **Revista da FAEEBA**, Salvador, v. 28, n. 56, p. 226–238, 2019.

DE OLHO NOS RURALISTAS. **Arthur, o fazendeiro**. São Paulo: De Olho nos Ruralistas, 2023. Disponível em: <https://deolhonosruralistas.com.br/>. Acesso em: 30 out. 2025.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Questão agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. In: BUAINAIN, Antônio M. et al. (org.). **O mundo rural no Brasil do século 21: a formação de um novo padrão agrário e agrícola**. Brasília: Embrapa, 2008. p. 273–294.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 54. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FRISON, Lourdes Maria Bragagnolo. Monitoria: uma modalidade de ensino que potencializa a aprendizagem colaborativa e autorregulada. **Pro-Posições**, v. 27, n. 1, p.



133-153, jan./abr. 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0103-7307201607908>. Acesso em: 27 de fev. 2025.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MARTINS, José de Souza. **Expropriação e violência: a questão política no campo**. São Paulo: Hucitec, 1980.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 34. ed. Petrópolis: Vozes, 2018.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A geografia das lutas no campo**. 6. ed. São Paulo: Contexto, 1994.

PRINTES, Rafaela Biehl. Presença Indígena nos Livros Didáticos de Geografia. **Revista Brasileira de Educação em Geografia**, Campinas, v. 4, n. 8, p. 195-220, 2014.

SANTILLI, Juliana. **Socioambientalismo e novos direitos: proteção jurídica à diversidade biológica e cultural**. São Paulo: Peirópolis, 2009.

SANTOS, Milton. **Espaço e método**. 5. ed. São Paulo: Edusp, 2020.

SAUER, Sérgio. Agronegócio e resistência camponesa: o “novo desenvolvimentismo” e a acumulação por espoliação. In: FERNANDES, Bernardo Mançano; WELCH, Clifford A. (org.). **Campesinato e agronegócio na América Latina: a questão agrária atual**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2018. p. 59–86.

SILVA, Elizângela Cardoso de Araújo. Povos indígenas e o direito à terra na realidade brasileira. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 133, p. 480-500, set./dez. 2018.

SIMONETTI, Mirian Claudia Lourenção; CAMARGO, Adriane. Geografia dos Conflitos e Violência no Campo: os Dados dos Governos do Partido dos Trabalhadores. In: SIMONETTI, M. C. L. (org.). **Territórios, Movimentos Sociais e Políticas de Reforma Agrária no Brasil**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015.

SOUZA FILHO, Carlos Frederico Marés de. **O renascer dos povos indígenas para o direito**. 6. ed. Curitiba: Juruá, 2012.

